



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex.^{mo} Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 12 horas e 15 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente apreciou e aprovou, na especialidade, o orçamento do Ministério Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Fizeram uso da palavra, além dos Srs. Ministros de Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos) e dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (Arlindo Ramos) e o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (Armindo

Fernandes), os Srs. Deputados Rafael Branco (MLSTP/PSD), José Viegas (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Levy Nazaré (ADI), Sebastião Santos (PCD), Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD), Octávio Morte (ADI) e António Ramos (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 12 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alexandre da Conceição **Guadalupe**
José da Graça **Diogo**
José António Sacramento Miguel
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Neves Sacramento **Barros**
António da Trindade Afonso **Ramos**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Gaudêncio Costa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Mascarenhas **Costa**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vou dar a palavra ao Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, em substituição do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em representação do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, o orçamento proposto para 2012 reflecte o programa de acções previstas e inscritas nas GOP pelo Governo e pelo Ministério.

É claro que face a exiguidade de verbas, ou seja, de recursos disponíveis o Ministério tentou cingir a afectação de verbas àquelas acções que acha mais prioritárias e ter em atenção que algumas acções, mesmo que estejam inscritas nas GOP são acções que muitas vezes não acarretam custos.

É neste sentido que tanto ao nível de serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades como também dos serviços externos, estou a me referir às embaixadas, os recursos foram direccionados para aquelas acções que consideramos prioritárias.

Assim sendo, temos uma programação de Dbs34 505 332 924,00 (trinta e quatro mil milhões, quinhentos e cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, novecentas e vinte e quatro dobras), para os serviços internos, e outra programação de Dbs 64 669 408 466,00 (sessenta e quatro mil milhões, seiscentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e oito mil, quatrocentas e sessenta e seis dobras), para os serviços externos.

No entanto, atendendo que acções mais detalhadas são realizadas ao nível do sector e, não sendo eu o Ministro tutelar, trouxe comigo alguns técnicos, nomeadamente o Sr. Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Sr. Director Administrativo e Financeiro que poderão prestar mais esclarecimento sobre o orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para nos elucidar com mais informações acerca do orçamento.

O **Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades** (Armando Fernandes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que no essencial o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional acabou por resumir tudo que é proposta do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades para o ano económico de 2012.

O orçamento foi feito tendo em linha de conta as GOP, aquelas actividades que estão previstas no Programa do Governo e que têm a ver com o funcionamento dos serviços centrais e dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

No que diz respeito às despesas, as propostas que os Srs. Deputados têm é no essencial igual às propostas do ano passado, com um acréscimo eventual de 5%, de acordo com a orientação vinda do Ministério das Finanças.

O quadro do pessoal permaneceu inalterável, tanto nos serviços internos como nos externos. É verdade que ao nível dos projectos as nossas necessidades poderiam ir para além do que está cá, mas tivemos sempre em linha de conta os recursos que são limitados, o esforço que o Governo está a fazer e que

também estamos a fazer para conter as despesas e nos fixar naquelas que são actividades prioritárias do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Portanto, é o que me oferece dizer nesta altura, eventualmente estarei disponível para responder a eventuais questões que possam surgir, caso o Sr. Ministro assim entender.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Queria chamar a atenção do Governo para uma questão que acho importante e sobretudo acho que é factível ser resolvida.

Temos em Portugal, Luanda e Libreville uma importante comunidade são-tomense. Acontece que alguns documentos, nomeadamente os passaportes, representam uma grande dificuldade para os nossos emigrantes.

Quero centrar-me sobretudo em Portugal e Luanda. A muitos desses cidadãos são emitidos passaportes provisórios, os antigos passaportes, que são prorrogados por mais 1 ano, mas não são passaportes biométricos e há muitos países que não aceitam esses passaportes.

Sei que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem um estudo que já foi testado, é possível emitir esses passaportes aqui em São Tomé, estando em ligação com as embaixadas de Lisboa e Luanda. Inclusive já fizeram teste com a Direcção de Migração e Fronteiras e o passaporte é feito de maneira simples e viável.

Não tenho aqui a rubrica que está prevista para isso, mas sei que é insuficiente. O que sei é que com cerca de 30 000 euros se conseguiria resolver essa questão, e quero ver a questão até sob o ponto de vista económico e financeiro.

Em Portugal haverá, talvez, 5000 ou 8000 são-tomenses e em Luanda outros tantos. Só o pagamento dos novos passaportes por esses cidadãos dava para cobrir essa despesa, mas o facto mais importante é que eles seriam cidadãos mais livres para viajar e usufruir dos seus direitos.

Na minha perspectiva, isso deve ser visto de maneira global. Sei que o Ministério de Educação tem uma coisa que é Escola em rede, que acho muito bem, mas atendendo às condições de energia e tudo que há no nosso país. Creio que em termos de prioridade, nas outras rubricas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, acho que se devia fazer um esforço para resolver esse problema dos nossos cidadãos na Diáspora.

Fora disso, tenho algumas inquietações e falo com algum conhecimento de causa. Fui embaixador junto às Nações Unidas, fui embaixador junto ao Governo Americano e quando fui Ministro das Finanças mandei fechar essa embaixada, porque não fazia sentido e continuo a não ver sentido um país como São Tomé e Príncipe ter uma embaixada em Washington. Tinha-se fechado há uns anos, de maneira que não percebi onde se arranjou dinheiro para abrir essa embaixada. Não foi dinheiro directo do orçamento. Foi um dinheiro muito..., enfim, não vale a pena dizer.

Com os Estados Unidos da América não temos quase relação nenhuma. Com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o Ministério das Finanças é que resolve. Não vejo o campo de intervenção para uma embaixada em Washington. De maneira que queria saber do Sr. Ministro substituto dos Negócios Estrangeiros, que por acaso é também Ministro das Finanças, qual é a razão para termos uma embaixada em Washington e uma em Nova Iorque, quando sabemos que em Nova Iorque temos um funcionário só que não tem condições de desempenhar bem o seu papel.

Gostaria também que o Governo me explicasse qual é a prioridade, porque parece-me que está aqui verba para Abuja. É um país importante na nossa relação, temos uma embaixada, mas não temos embaixador. Se há um embaixador, não está lá.

Num tempo de recursos escassos, acho que devíamos concentrar os nossos recursos em termos de representação noutros países ou onde estamos, para ter efectivamente um efeito, produzir qualquer coisa para o País.

Não consigo ver o que ganhamos, tendo uma representação em Washington, nas condições em que está. Não sei se compramos a casa ou se não compramos, se a casa é nossa ou não, enfim. É uma situação que gostaria de receber alguns esclarecimentos e depois ver como é que o Governo reagiria à questão de aumentarmos um pouco a verba para resolver o problema dos nossos emigrantes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que para melhor rentabilização das nossas intervenções, seria preferível que o Sr. Ministro ouvisse outras intervenções, se calhar pelo menos duas ou três, e a partir daí daria resposta.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Obrigado Sr. Deputado.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não sei se posso usar da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Acabei de dar a palavra ao Sr. Ministro. O Sr. Deputado fez uma intervenção valiosa, mas peço imensas desculpas, vou passar a palavra ao Sr. Ministro e depois implementarei o que acabou de avançar como ideia.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, concordo com a proposta do Sr. Deputado José Viegas em que se pudesse levantar um conjunto de questões e depois responderíamos todas. Acho que seria uma melhor forma. Não tenho objecção.

O Sr. **Presidente**: — Pelo que pude entender o Sr. Ministro prefere que avancemos com as perguntas.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sim, mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o móbil do meu pedido de inscrição tem a ver com as questões que essencialmente foram levantadas pelo Sr. Deputado Rafael Branco e, nesse sentido, estando de acordo com aquilo que ele disse, gostaria até de avançar uma proposta concreta. Acho que devíamos suprimir a verba que está para a embaixada em Washington e na devida altura diremos para que sector essa verba deve ser reafectada.

Até que provem o contrário, aliás, como foi dito e estou de acordo, a embaixada em Washington, salvo em aplicações, não é rentável para o País, não produz mais resultados. Conjugando isso com o quadro actual de contracção das despesas, que me convençam que isso sim é muito importante, então fica aqui. Senão, penso que não e tenho necessidade de repetir os argumentos que foram avançados aqui pelo Deputado que me antecedeu, essa embaixada, tendo já uma representação em Nova Iorque...

Sr. Presidente, não sei se está a substituir o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Está a substituí-lo?

O Sr. **Presidente**: — Não.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não, estou a dizer pela sua gesticulação.

Se não está a substituir, peço desculpa, não me faça esse gesto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, por amor de Deus, eu não tenho direito a fazer nenhum gesto, será? Isso é motivo que nos traz cá? Estamos a discutir o orçamento. O gesto ou não de um Deputado não quer dizer nada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, quero clarificar a minha proposta, para não dar lugar a equívocos.

O que sairia da embaixada de Washington teria de ir para a de Nova Iorque.

Quero referir a minha proposta. Temos encargos que, naturalmente, iriam acrescentar a despesa de Nova Iorque, não na totalidade, mas não é uma questão de se suprimir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Com certeza vou fazer uma abordagem geral e depois deixarei o pormenor para o Sr. Secretário-Geral do Ministério.

De acordo com a abordagem feita pelo Sr. Deputado Rafael Branco, é opção do Governo acabar com a embaixada em Washington, que realmente tem um papel muito pouco interventivo neste momento, e transferir o grande peso de funcionamento para Nova Iorque, onde temos a nossa representação junto às Nações Unidas.

A questão levantada sobre os passaportes também está nas preocupações do Governo e já há diligências no sentido de materialização dessa acção. No entanto, deixo os pormenores em relação à verba inscrita e às acções a serem levadas a cabo para o Sr. Secretário-Geral.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário-Geral.

O Sr. **Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Relativamente à embaixada em Washington, creio que há uma decisão já tomada pelo Governo para o seu encerramento, mas uma embaixada não se fecha de um dia para outro, leva sempre algum tempo. Desde logo, é preciso comunicar essa informação às autoridades americanas, é preciso encerrar uma série de serviços, resolver os problemas do edifício da chancelaria e dos contratos que temos com os funcionários da embaixada, nesse caso concreto a embaixada em Washington, o motorista e o assistente administrativo.

Os contratos foram assinados e têm a duração de algum tempo e não queremos partir para uma situação de algum conflito laboral, porque poderia ter custos ainda maiores. Por isso é que estamos com algum cuidado na gestão essa situação e se prevê verba para os salários em Washington e não funcionamento, apenas salários, para que se possa ter algum tempo e alguma forma de resolver essa situação, para depois fazer a transferência dos serviços de Washington para Nova Iorque. É só por uma questão de prudência e cautela, para que não tenhamos custos ainda maiores se formos muitos bruscos na cessação dos contratos laborais. Creio que essa prudência é necessária.

Relativamente a um projecto que temos cá, de serviço de informática, de facto é de interesse do Ministério dos Negócios Estrangeiros em potenciar a sua rede informática e fazer essa ligação entre os serviços centrais e serviços externos, quer para emissão do passaporte quer para emissão também de outros documentos.

Há um teste que foi feito, disse bem o Sr. Deputado Rafael Branco, esse teste decorreu com algum sucesso. Acreditamos que tecnicamente também é possível se prestar melhor serviço consular nas nossas embaixadas, há documentos que são produzidos aqui, não é só passaporte, falamos também de bilhetes de identidade. Por isso, há uma aposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros nesse sentido.

Fizemos deslocar o técnico informático da nossa embaixada em Portugal para cá, ele está a fazer nesta altura um levantamento das nossas necessidades, para que haja ligação em rede entre os serviços centrais e os serviços externos e vai nos indicar os custos dessa operação.

Não tenho tanta certeza que os 30 000 euros a que fez referência o Sr. Deputado seriam suficientes, mas eventualmente tenho a sensação de que o valor que temos aqui inscrito pode não ser suficiente. No entanto, também não tenho ainda informações concretas, porque o técnico ainda não nos deu essa informação, mas acredito que com o valor que está cá podemos dar início a essa operação e ao longo do ano veremos como é que poderemos evoluir. Creio que podíamos também, com uma outra rubrica que temos cá «aquisição de máquinas e equipamentos», ver em que medida se poderá associar ao valor que temos na rubrica de «potenciação da rede informática» e podemos concluir esse projecto, que seria do interesse das nossas comunidades e do próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Secretário-Geral pelas suas explicações.
Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, a minha intervenção é na esteira da questão que temos em foco, as embaixadas de Washington e de Nova Iorque. Fiquei convencido de que não faz sentido ter uma verba para Washington, a partir do momento em que o Sr. Ministro disse que realmente o Governo vai encerrar a embaixada em Washington. Se vai encerrar e não havendo serviços, não faz sentido.

A explicação do Sr. Secretário-Geral do Ministério levantou outra questão, a forma como a verba está designada aqui, se calhar, não é a melhor.

Uma Voz: — É despesa com o encerramento.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Portanto, acho que temos que reflectir sobre essa questão.

Gostaria de aproveitar, já que estou no uso da palavra, para pedir esclarecimentos, não sei se é o Sr. Ministro ou o Sr. Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Aparece aí discriminada, «formação e capacitação de recursos humanos» do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, aparece ainda «despesa com pessoal e capacitação de pessoal.»

Gostaria de ser esclarecido sobre a diferença entre essas duas rubricas, porque vejo aqui diferentes verbas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Fui ultrapassado com a resposta do Sr. Secretário-Geral.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Queria um esclarecimento do Sr. Ministro das Finanças, enquanto tutelar do Sector de Património de Estado.

Gostaria de saber qual é o Estatuto da embaixada em Washington, porque penso que se comprou uma propriedade lá. Não sei se era para embaixada ou se era para residência do Embaixador, mas acho que houve uma movimentação, tanto no que diz respeito a Washington como Abuja. Queria saber se compramos, se arrendamos, o quê que foi feito desse montante inicial, parece-me, de 250 000 dólares para instalação dessas duas embaixadas.

É evidente que não posso saber mais que o Sr. Secretário-Geral do Ministério, mas a verba que está lá para a rede de informática é manifestamente insuficiente para dar início a qualquer coisa, porque se não é 30 000 euros é pouco mais que 30 000 euros e aquilo que está no orçamento, quanto a mim, é bastante

insuficiente, é a tal coisa, se temos limites muito baixos, não fazemos nada. É bom que coloquemos a coisa num nível que permita ao menos arrancar com alguma certeza de atingirmos o objectivo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Gostaria de introduzir uma metodologia para não estarmos sempre a fazer propostas que já foram feitas de forma transversal, mas que se decidiu discutir sectorialmente. Quando chegamos aos itens de missões para exterior a proposta é a mesma para todos os ministérios. Manter o tecto do orçamento em vigor, o mesmo que temos para 2011 será para 2012. É uma proposta que depois vamos ver.

A questão levantada pelo Sr. Deputado Gil Costa realmente tem razão a explicação do Sr. Secretário-Geral, mas a descrição da forma como é feita no orçamento dá a entender que a embaixada vai continuar aberta em Washington. Se calhar temos que mudar a designação tendo em conta que o valor que está lá alocado para despesas com despedimento, contratos que vão cessar se for o caso.

Não compreendi e porque não está discriminado a questão que tem a ver com o orçamento que está atribuído para a representação permanente junto a ONU em Nova Iorque.

Não sei se é escritório, gabinete ou se a embaixada vai ser transferida para Washington, mas o montante aqui como é superior àquilo que estava na embaixada, três vezes mais. Gostaria de saber qual é o serviço que vai ser criado efectivamente em Nova Iorque para depois apresentarmos uma proposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, vejo aqui consulado de Cabo Verde e embaixada na República Federativa do Brasil. Não vejo dotação financeira para encargo com pessoal, entende-se que para esses lugares há apenas expedientes para criação de consulado e da embaixada. Então, se calhar, a informação deveria ser mesmo essa como está aqui em cima: «Criação de embaixada, «criação de consulado»».

Sabe-se que neste primeiro ano o expediente é só para isso; só para bens duradouros e viagens. Para embaixada de Guiné Equatorial que já existe de algum tempo a esta parte não há despesa com o pessoal. Como é que se resolve o problema de despesa com pessoal?

Também só está aqui bilhete de passagem, deslocações e bens duradouros. Porquê que isso aparece assim?

É uma embaixada que não tem gente.

O Sr. **Presidente**: — Há um pedido de esclarecimento.
Tem palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, não percebi a proposta feita pelo Sr. Deputado Delfim Neves quanto a transversalidade que referiu em relação a proposta inicial.

Está a sugerir, no fundo, a todos os ministérios a mesma proposta de 2011. Não sei, é esse o entendimento que tive.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Se tivéssemos tido em conta a proposta inicial, se calhar resolvíamos todos os problemas, mas porque temos que nos cingir ao Regimento e falar de ministério em ministério, por isso fiz nova proposta.

O que dissemos aqui é que está programado para 2011, 11,6 mil milhões de dobras para despesas com viagens e para 2012 está programado 16 mil milhões.

Vozes: — 8 mil milhões.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Era 8 mil milhões, agora são 16 mil milhões, isso mesmo, 8.6 e hoje 8.16.

O que dissemos é que estando num período de contenção das despesas, estando a ultrapassar uma crise financeira internacional, um país em que o Primeiro-Ministro disse aqui que a contribuição do país para o OGE anda a volta de 7%. Significa dizer que 93% é ajuda externa.

Não podemos nos dar ao luxo de mostrar aos nossos parceiros, que estamos a dobrar as despesas com as viagens. Daí que a nossa proposta é manter os mesmos montantes programados em 2011 para 2012, em todos os ministérios. Isso ia nos dar um remanescente que podíamos depois redistribuir para outros sectores para as acções que entendemos ser prioritárias que vem exactamente a bem da população.

Não quer com isso dizer que as viagens não traga resultados a bem da população, o que estou a dizer é que devíamos fazer essa contenção das despesas mantendo o mesmo montante, e a diferença que está programada alocar para outros sectores.

Estou a falar de forma global, mas sendo sectorial, cada vez que chegamos a um ministério vou ter que fazer a mesma proposta, quer isso dizer que aquilo que está programado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2012 seja alterado para o mesmo montante que estava programado para 2011.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Secretário-Geral.

O Sr. **Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começaria por responder ao Sr. Deputado Rafael Branco relativo aos montantes.

Também os consideramos limitados, mas estamos nesta altura a ver como é que as embaixadas, nomeadamente em Lisboa, Luanda e Libreville poderiam participar nos custos com a instalação do sistema informático que pretendemos.

Quando referia que podíamos iniciar, estava a me referir exactamente aos serviços centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros que também precisam ser informatizados.

Nesta altura estamos a levantar os custos e as embaixadas em Portugal com acesso aos seus recursos provenientes dos emolumentos consulares poderão também concorrer para o financiamento desse projecto, estaremos a ver como é que iríamos equilibrar esta situação.

Relativamente à embaixada em Washington creio que antes de encerrar é preciso que a embaixada funcione. Essa decisão está a ser tomada pelo Governo, provavelmente levará algum tempo até a sua concretização, recomenda-se prudência, que se mantém o quadro para permitir o Governo honrar os compromissos com os funcionários e demais contratos que eventualmente tem.

Relativamente à redução das despesas com deslocações, creio que não seria muito recomendável, o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem as suas particularidades, funciona essencialmente no exterior, as verbas que normalmente têm sido consignadas para esse tipo de despesas normalmente esgotam no mês de Abril, Maio e, a partir daí, o Ministério tem tido muitas dificuldades para garantir a participação em muitos eventos internacionais que acontecem e muitas vezes o País nem marca a sua presença por falta de recursos ou então tem que solicitar apoios a terceiros; outros países e outras organizações para poder estar presente.

Creio que no mínimo seria recomendável que se pudesse manter o valor que está cá consignado, mesmo sendo insuficiente, se o reduzimos estaríamos a colocar, obviamente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros numa situação muito desconfortável para poder exercer, de facto, a diplomacia que é recomendável num contexto que também conhecemos que é muito difícil.

O país não pode isolar-se mais, tem que sair à procura de meios e recursos que possam complementar o esforço interno, não me parece que seja muito recomendável que se possa reduzir os recursos que estão cá.

Relativamente às embaixadas que se pretende abrir em Brasil e o consulado em Cabo Verde e na Guiné Equatorial, creio que as decisões também deverão ser tomadas, eventualmente, elas não serão abertas no início do ano, levará algum tempo que esta fase se concretize. Por isso, creio que as verbas que estão cá deverão ser reajustadas ao tempo em que se vai abrir aquelas embaixadas.

Creio que há aqui uma omissão relativamente ao quadro do pessoal, mas os valores que eventualmente estão cá consignados teriam que ser reajustados, e esse trabalho fá-lo-emos com a Direcção do Orçamento, aliás, creio que já iniciamos esse processo, para que se possa enquadrar essa abertura com os valores que temos, eventualmente, disponíveis.

Portanto, a grande dificuldade de momento é ainda a ausência de uma decisão que obviamente vai ser tomada no momento próprio.

Concernente à questão sobre o Estado são-tomense teria propriedades adquirida em Washington e em Abuja. Creio que não, o valor a que fez referência é o valor que foi utilizado para abertura dessas representações. O edifício que temos, onde funciona a chancelaria, não é propriedade do Estado são-tomense, funciona no sistema de pagamento de renda e a mesma coisa acontece em Abuja, cujo edifício pertence à Autoridade Conjunta e há um valor mensal que o Estado paga pelo arrendamento desses dois edifícios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, antes havia pedido esclarecimento sobre a intervenção do Sr. Deputado Delfim Neves e com este esclarecimento obriga-me mais uma vez pedir a palavra.

Quando o Sr. Deputado faz a proposta sectorial, isto é, ministério por ministério, sem ouvir os titulares dos cargos ministeriais, outros que ainda não estão cá, sem ouvir os fundamentos dos ministérios sobre as verbas de deslocação e já faz a proposta de alteração é um sinal claro daquilo que havia dito.

Pelo menos para esperar que cada ministro ao chegar venha justificar o porquê dessas verbas. Sem ainda ouvir os ministros já faz uma proposta de alteração total, de todos os ministérios. Isso é prova inequívoca da intenção clara de sufocar a acção governativa.

Tem a maioria na 1.^a Comissão, logo vamos pôr tudo a proposta. Discute-se e não há conclusão nenhuma, o Governo pode fundamentar, pode justificar, pode argumentar, não abrem mão disso, vamos para votação, ditadura da maioria.

Volto a dizer que não é coerente, não são responsáveis essas propostas, é com o mero intuito de sufocar a acção governativa, e digo mais, a irresponsabilidade é tal que até o Ministério dos Negócios Estrangeiros que é o Ministério, por excelência, de deslocações para o exterior, de fazer diplomacia também a proposta é igual. Não há aumento de valor para deslocação, é o mesmo valor orçamentado no ano passado.

Mais uma vez, quando os deputados usam da palavra dizendo que querem fazer uma oposição responsável, querem contribuir, é mentira e isso é prova disso. Não querem contribuir, não querem ajudar o País a avançar. Todos os dias ouvimos que é necessário “vendermos”, publicitar mais o País lá fora, é necessário que a acção da diplomacia se faça.

É preciso dizer que o Chefe do Governo como tal é um grande diplomata e tem que fazer diplomacia para ir buscar dinheiro lá fora. Ouvimos há pouco tempo no Fórum da Cultura que é necessário publicitarmos culturalmente São Tomé e Príncipe, é necessário deslocações para o exterior.

Todos os dias se fala da necessidade de País se encontrar vias com relação a entrada de receita com o turismo. Como vamos vender o nosso turismo se se cortar as despesas de deslocação.

Quando falo de turismo, falo de cultura, poderia falar de desporto e falar de outras áreas. Sem ouvir os titulares, os argumentos dos ministros o porquê dessas verbas já vem uma proposta para cortar, para diminuir aquilo que o Governo propõe.

Tudo isso vem demonstrar que há pessoas que não conseguem ver e perceber que este país precisa avançar. Há algumas coisas que podemos estar em desacordo e é normal, a política é mesmo assim, mas, em grandes questões nacionais temos que estar juntos para o País avançar.

Fala-se de crise, é verdade e o Sr. Deputado referiu-se a isso, mas crise não é só para se cortar. Se estamos em crise e sabemos que o País não produz, que a esmagadora maioria do nosso orçamento é financiado com o recurso externo, paramos aqui no nosso país a mandar *Internet* a pedir dinheiro, não vamos fazer diplomacia para irmos buscar dinheiro, ou iremos buscar investidor externo, temos que abrir o nosso país.

Por isso, o que se quer- e isso é claro fica aqui provado- com essa intervenção é sufocar o Governo, apertar o Governo, não deixar o Governo executar a política que nós enquanto Deputados aprovamos o Programa do Governo para uma legislatura.

Volto a dizer que não é responsável essa forma de se fazer a oposição.

Na generalidade, o Grupo Parlamentar do PCD votou contra o orçamento, agora na especialidade apresentam propostas para cortar. Isto não é coerente, por isso vamos continuar a discussão, os ministros apresentam os argumentos, apresentam os fundamentos, mas não se ouve, não se toma em conta os argumentos dos respectivos ministros, apenas a nossa proposta, vamos para votação, temos a maioria e corta-se. Parece-me ser essa forma de fazer oposição do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tecnicamente, concordo com aquilo que disse o Sr. Deputado Levy Nazaré, porque não faz sentido o Governo apresentar uma proposta de orçamento e o ministro responsável de um determinado sector trazer argumentos que justificam a inscrição de verbas no seu orçamento e voltar para casa com uma proposta feita por deputados que não conhece a realidade de funcionamento do sector. Do meu ponto de vista mesmo que o orçamento é um documento aprovado na Assembleia, mas as opções de políticas são do Governo e cabe ao Governo aqui apresentar a defesa da opção que fez. Os deputados fazem propostas de alteração, se elas não estiverem de acordo com os argumentos apresentados pelos responsáveis das áreas e dos sectores.

Se estivermos nessa óptica de irmos com uma linha orçamental e manter o que foi programado para o ano anterior, vamos a outra fazer o mesmo, finalmente aquilo que é a intenção do sector de realizar a sua actividade vai ficar circunscrita a vontade dos deputados.

Já dei exemplos aqui e se os deputados têm memória, e devem ter, num determinado orçamento, estou a falar em voz de experiência, fez-se proposta de alteração e repartição de verbas indiscriminadamente, que no momento de execução tivemos dificuldade de realizá-las e tivemos que fazer usando, outra vez, instrumentos que temos no orçamento, de reforço, ter que reagrupar outra vez as verbas, por um lado.

Por outro lado, se se propõe no orçamento alterações de verbas, agora estou a falar de verbas de capitais, de fontes de financiamento diferentes e verbas inscritas com acordos assinados e discutidos com os nossos parceiros. O que vai acontecer?

Fazemos essas alterações no orçamento, mas os acordos que temos com os parceiros vão continuar da forma como se assinou e quem esteve na execução, quem já foi ministro, quem já teve responsabilidade na execução do orçamento sabe que isso é assim.

A minha intervenção é uma intervenção técnica, não é política. E temos prova disso, os deputados que cá estão que já foram dirigentes sabem que isso é assim, por isso acho que não é responsável propor alterações sem ouvir os argumentos dos responsáveis sectoriais que irão apresentar as justificações das propostas feitas para o orçamento e limitar a fazer cortes, porque isso é opção ou vontade dos deputados.

O Sr. **Presidente**: — Eu gostaria também de aproveitar a oportunidade para deixar duas notas.

Quero dizer que em princípio acho que estamos cá para fazer um trabalho profícuo para o País e o orçamento, na minha óptica, é um ajustamento que devemos fazer, aquilo que achamos que é factível e também harmonizá-lo para atender às necessidades da Nação.

Portanto, faço esta introdução apenas nesse sentido, porque é um exercício que eu acho que os deputados devem fazer, ver o orçamento e buscar alguma concertação e não apenas retirando ou alocando verbas, talvez para realidades que desconhecemos.

Cabe então aos Ministros esclarecer, como estão a fazer, e nós também podemos viabilizar aquilo que deve ser viável.

Faço esta chamada de atenção para nós exercermos um exercício digno e com resultados para o País.

Dito isto, passo a palavra ao Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, acho que estamos cá a fazer um exercício responsável. Se não fosse assim, o legislador não contemplava esse direito de se discutir o orçamento na especialidade, e discutir na especialidade significa ir aos detalhes, item por item.

Está-me a dar a entender agora que este é o primeiro orçamento que vem à Assembleia Nacional? Que a sua discussão na especialidade não deve carecer de qualquer proposta de alteração porque é o único Governo que tem ambições, é o único Governo que faz diplomacia? As Embaixadas já não existem?

Murmúrios.

Sim, pelas intervenções que eu aqui acabei de ouvir, significa que as Embaixadas e os Embaixadores já não existem para publicitar e promover o País no exterior, para representar o País enquanto Embaixada como tal e fazer a missão diplomática junto dos parceiros de cooperação.

Espanto-me com todos os tipos de argumentos de que votar contra um orçamento e estar aqui a fazer propostas é contra-senso. Pelo contrário, se nós tivéssemos votado a favor e estivéssemos aqui a fazer proposta de alteração, aí sim, era contra-senso.

Votamos contra exactamente porque não estávamos de acordo com algumas questões que estamos cá a discutir. Isso é que é bom senso. E a única proposta que estamos a fazer é de baixar as despesas que foram programadas para 2012 para viagens, o dobro do ano actual, estamos a falar de Dbs: 8 mil milhões programados para este ano, até Dezembro, segundo os cálculos que nos foram apresentados, não se irá gastar tudo, pelo contrário, ainda vão restar cerca de Dbs: 200 milhões. Porquê o dobro para 2012?

A nossa questão é esta. Estamos a levantar uma questão com lógica. Programou-se Dbs: 8.6 mil milhões para 2011 e, segundo o próprio dono da iniciativa do orçamento, até o final do ano vai-se gastar Dbs: 8.4 mil milhões.

Significa dizer que ainda vão sobrar Dbs: 200 milhões. Quer dizer que não foram capazes de gastar nem aquilo que programaram com as viagens.

Duvido que não tenha havido viagens durante todo este ano. Não houve viagens, não houve promoção do País no exterior, não houve contactos com os nossos parceiros de cooperação? E no entanto, só se gastou parte daquilo que estava programado.

O que estamos aqui a dizer é que estamos no momento de contenção, temos que reduzir as despesas com viagens, apenas mantendo-as com a mesma cifra de 2011.

Não se está aqui a dificultar o Governo nem a acção governativa, porque não estamos a dizer para cortar as viagens. É preciso entender isso.

O que estamos a dizer é que se reduza o montante ao ponto que estamos hoje. Se queremos efectivamente dar sinais que estamos num período de contenção. Ora bem, estamos num período de contenção, não produzimos nada, estamos a ir pedir dinheiro lá fora, mas estamos com o dobro daquilo que gastamos com despesas com viagens. É esta a questão.

Não estamos aqui a fazer nenhuma intervenção irresponsável.

Atenção! Dissemos, e volto a referir, que vamos manter a nossa proposta em reduzir as despesas com viagens.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, o próprio nome diz, não é necessário aqui ninguém explicar nada, mas tinha 500 e tal milhões de dobras em 2011.

Se vamos seguir a regra proporcional, significa que não se gastou tudo.

Pode ser que se tenha gasto o dobro, mas a verdade é que no cômputo geral há-de sobrar alguma coisa.

Não se está a dizer para o Ministro dos Negócios Estrangeiros não viajar. O que nós estamos a dizer é que pode viajar, mas a sua verba fica igual a de 2011. E, de certeza que ele saberá fazer gestão dessa verba.

Não estamos aqui a fazer nenhuma proposta irresponsável, os Srs. Deputados e mesmo os Srs. Ministros, depois, quando chegarmos ao momento de redistribuição dessas verbas os senhores vão ver que nós não estamos a fazer nenhuma proposta irresponsável, mais ainda, também não somos loucos de tirar verbas na despesa corrente e colocar na despesa de capital.

Não somos loucos de tirar uma verba da rubrica «Tesouro» e colocar num fundo que vem de Taiwan ou da Nigéria.

Quanto a isso fiquem tranquilos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, os deputados do grupo parlamentar de poder alegam sempre que aqui não é espaço para fazer política, mas em todas as intervenções verificamos isso. Porque não se entende. Aqui, feliz ou infelizmente, grande parte de nós já fomos dirigentes, funcionários públicos e temos conhecimento de como funciona a administração do Estado.

O Governo para este ano de 2011 programou «X»; para 2012 está programado o dobro, e o pouco tempo que eu fiquei na administração do Estado sei que grande parte de viagens é para premiar os funcionários. Porque tem subsídio de viagem, etc., etc., quando estamos num período de crise que se precisa poupar dinheiro e estamos a premiar funcionários.

Estamos a falar do dobro daquilo que se previu gastar em 2011.

Nós conhecemos tudo isso. Ninguém aqui é inocente! Quase todos nós aqui trabalhamos na função pública, temos conhecimento disso.

Portanto, não vejo a irracionalidade da proposta, se realmente estamos a falar de crise e de um período de contenção, eu não vejo a irracionalidade da proposta em diminuir o que está duplicado nesta rubrica.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, a nossa preocupação decorre daquilo que se diz: «*anca glandzi, cóbo glandzi, anca tchóco, cóbo tchóco*».

É uma falácia dizer-se que a oposição quer obstruir. Não!

Falácia sim!

Mesmo as regras orçamentais, a própria Casa Parlamentar se quiser apresentar um orçamento, não deve duplicá-lo no orçamento seguinte. Porque há regra de feitura do próprio orçamento.

Estamos a falar de contenção. Contenção significa utilizar de melhor forma possível os fracos recursos de que o País dispõe. Significa pôr efectivamente as Embaixadas a funcionarem e a fazer o seu verdadeiro papel.

A diplomacia faz-se fundamentalmente com as Embaixadas no exterior. As viagens, repare, eu posso sair daqui para Porto Alegre e precisar de dinheiro para pagar a deslocação. Posso ir numa motorizada, posso ir no carro de carreira ou fretar um carro. Eu irei na mesma a Porto Alegre, só que terei custos completamente diferentes.

E a contenção significa que eu devo ir a Porto Alegre no recurso que menos gasta. Isso é que é contenção.

Então vamos pôr o problema claro, quando, e onde ele existe.

Quantas pessoas viajam neste país na classe executiva à custa do sacrifício da população e há quanto tempo?

Há mil anos!

Agora, a nossa missão é alterar e colocar as coisas como devem ser feitas. E eu sempre me bati por isso.

A nossa política, nós do PCD, não temos receio disso, estamos mais preocupados de como haver medicamentos no Hospital Central para a população, do que eu ter que viajar numa Limousine para Porto Alegre. Esta é a nossa preocupação. Estamos preocupados com alocação de verbas, para não estarmos permanentemente no «*sosso pléçá*», e passarmos para uma fase de «*bilí txilá*».

Significa alocarmos verbas para a produção.

Por isso, é que temos que amealhar para podermos fazer de forma responsável as nossas propostas de redistribuição de verbas.

Este país é pobre e pequeno e temos que viver em função das nossas possibilidades.

Isso de queremos ser como dirigentes de outros países com recursos, quando estamos permanentemente a pedir, e mesmo pedir é preciso saber fazê-lo.

Um cidadão que vive gritando que está com fome, mas quando olho para ele vejo que está num alto Mercedes e vem pedir-me dinheiro para comprar *maspombo*, eu lhe dou?

Vamos ser sérios!

E se os Srs. Deputados quiserem que debatamos essas questões, então vamos a isso. Quero reafirmar aqui que as propostas do PCD são pensadas, repensadas e outra vez pensadas.

Não somos marinheiros novos, portanto, não estamos a ir buscar verbas em sítios onde haja compromissos com os parceiros para virmos dizer que as coisas foram negociadas de outra forma.

Nós estamos a ir para aquele sítio que é nosso, das poupanças que serão nossas e que devem ser redistribuídas para o bem da população. Isso nós estamos dispostos a discutir e entendemos que são propostas de melhorias do orçamento, estamos dispostos a colaborar para discutir tudo, mas não contem connosco, repito, não contem connosco quando o dinheiro que deve ir para resolver os problemas prementes da população, cada um estar no desbarato pelas deslocações.

E quero dizer mais, se as questões estão a ser feitas e vistas na Comissão, estão a falar da maioria. A democracia tem regras e é assim. Os orçamentos do Estado, em determinadas circunstâncias devem ser discutidos e chegados a consenso com a oposição, negociados para determinadas coisas. Senão cada um assume a sua responsabilidade.

Não é agora que temos que dizer porque não sei quê. Não! Eles deviam ser negociados previamente, auscultados os posicionamentos de uns e de outros e vendo as correlações de forças.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria chamar a sua atenção para quando estarmos a falar dos Negócios Estrangeiros usarmos alguma diplomacia e suavizarmos muitas vezes as nossas intervenções, e não alongar muito mais porque estamos deveras atrasados.

Dito isto, vou dar a palavra agora ao Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a minha intervenção, que vai ser responsável, como alguém frisou aqui, que os deputados não são responsáveis a fazer as suas propostas, quero dizer que o sentimento que tenho, e participei em várias reuniões do meu grupo parlamentar, é no sentido de ajudar o Governo.

Acho que o grupo parlamentar que sustenta o Governo tem uma desconfiança muito grande em relação aos deputados que, felizmente são a maioria.

O Governo minoritário, que se comporta como se fosse maioritário.

Um Governo que é minoritário ele tem que negociar, e a todo o tempo.

E o que nós assistimos constantemente é: «nós queremos, podemos e fazemos, vocês que aceitem». Mas é constantemente!

Alguém falou aqui antes de mim e disse que as coisas têm que ser negociadas. Vamos conversar.

Disseram aqui que se forem introduzidas sugestões para a melhoria do orçamento, ele vai ser descaracterizado.

Em quantos países nós assistimos constantemente as negociações entre o Governo e a oposição. Se o povo quisesse que o ADI tivesse a maioria absoluta teria lhe dado. Mas não deu.

Então, tendo beneficiado de cerca de um ano e três ou quatro meses de benefício de dúvida, nós não podemos constantemente estar a aceitar tudo o que o Governo quer. Vamos conversar.

E eu fiz uma proposta inicialmente que era a seguinte e eu retomo essa proposta: se o Governo sabe quais são os serviços, quais são os ministérios que de facto precisam de fazer mais viagens, o que é que nós decidimos?

Nós fizemos proposta de um tecto, e eu falei disso já anteriormente.

São Dbs: 16 mil milhões e nós dissemos para manter em Dbs: 8 mil milhões.

O Governo, em função das necessidades que diz que tem faz as suas afectações.

O que nós estamos a dizer é que não é razoável, meus senhores, não é razoável um País em dificuldades, um País onde se pede cada vez mais aos cidadãos que paguem impostos, a carga fiscal aqui, quero vos dizer, é enorme para os cidadãos e não é moral, minha gente, não é moral o Estado estar a aumentar a sua «gordura». Não é normal!

Esse regabofe não é normal!

O que o Governo tem que fazer é dizer: «Nós temos Dbs: 8 mil milhões para viagens, então, se o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de facto precisa, vamos afectar mais ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em detrimento de outros Ministérios. Mas essas são as contas que o Governo é que tem que fazer. Não somos nós!

Eu não compreendo como de forma leviana, de forma simplista as pessoas vêm dizer que as propostas da oposição são irresponsáveis. Não pode ser!

Da minha parte, eu tento sempre fazer propostas em função dos mandatos, também que o povo nos conferiu. O povo não conferiu mandato só ao ADI. Conferiu mandato aos outros partidos. E nós temos que fazer política.

O Sr. **Presidente**: — Em seguida, passo a palavra ao Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de pedir imensas desculpas aos representantes dos Negócios Estrangeiros e da Defesa porque nós, infelizmente, resvalamos para uma discussão política, na generalidade, e dispensável.

Mas tudo isso porque infelizmente há intervenções que provocam. E a minha tomada de palavra agora é justamente para tentar responder a algumas insinuações que foram feitas aqui com as quais não estou de acordo.

E, infelizmente, vejo-me forçado a entrar na mesma onda de discussão política geral.

Sr. Presidente, Caros Deputados, ouvi aqui um deputado dizer que a oposição está em bloco para bloquear o Governo. Essa afirmação foi feita aqui e não foi feita de uma forma gratuita. Então, merece do nosso lado uma reacção.

Ora vejamos: estamos com um orçamento de menos de 20 milhões de euros em relação ao ano passado.

Como é que num quadro de tanta dificuldade que o País atravessa, as viagens têm que ser duplicadas, quando não há possibilidades reais de aumentarmos a capacidade de financiamento do nosso Orçamento Geral do Estado, de aumentar o plafond; quando temos outras condições para melhorarmos a nossa relação com o exterior – é por isso que se está a criar novas Embaixadas, é por isso que há investimentos para melhorar a nossa interacção com os outros -, estamos a aumentar as despesas. Esperem!

Sr. Ministro das Finanças, ainda vamos ter que saber, o senhor disse-nos aqui que as despesas com viagens em aviões alugados são da responsabilidade do Estado. Estamos à espera dessas confirmações para saber se isso é uma posição responsável.

Sobre isso, são «contas de outro rosário».

Agora, o que estamos a dizer, eu penso, penso que é perfeitamente racional que não cheguemos aqui e dizermos assim: «há sinais de contenção que nós sentimos que vem de outras instituições».

A Assembleia Nacional assume que é preciso fazer contenção. Agora, eu quero ver o que é que o Governo diz em relação a isso.

Vão fazer contenção ou não?

Vão fazer aonde?

Sr. Deputado Levy, se a viagem é para promover a Cultura, vamos investir mais no sector da Cultura. Não é com viagens é que se promove a Cultura são-tomense.

Se a viagem é para publicitar, então, encontraremos outras áreas de investimento, porque não são essas viagens é que vão publicitar o País lá fora.

E vamos evitar uma coisa, porque não é bom para a nossa são-tomensidade, estarmos a viajar para ir pedir dinheiro.

Não utilizemos esse termo.

Não é elegante nem confortável para a nossa dignidade. Utilizemos outros termos.

O Sr. **Presidente**: — A seguir, portanto, ...

Protestos do Sr. Deputado Octávio Boa Morte.

O Sr. **Presidente**: — Desculpe Sr. Deputado. É que há Deputados já inscritos e estou agora a passar a palavra a cada um para poderem ter a oportunidade de intervir.

O Sr. **Octávio Morte** (ADI): — Está bem. Mas em que ficamos?

Se os Deputados intervenientes pudessem contribuir para a melhoria, está bem. Se fizerem alguma proposta para diminuir a verba, temos a votação. Não têm nada que estar aqui a discutir mais alguma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado, mas ainda temos duas intervenções e só depois passaremos à votação.

Passo a palavra ao Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, já que a situação é esta, temos que nos apressar um pouco. Não vou falar de muitas coisas porque os que me antecederam já falaram, mas quero aconselhar a todos que falam de viagens, que viagem nunca é sinónimo de mais dinheiro. Nunca!

E quando se fala da oposição, a oposição tem que defender os aspectos sociais. É normal.

O Sr. Deputado Levy Nazaré deve conhecer a teoria de Maslow, conheceu e sabe muito bem a hierarquia das necessidades e não queira, de maneira nenhuma, tentar confundir-nos. O senhor é intelectual e sabe isso muito bem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, estou a ver aqui que os Srs. Deputados do ADI estão a dar ordens ao Sr. Presidente. É necessário disciplinar isso para saber quem está a coordenar a reunião, se é o Sr. Presidente ou se são eles!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só lhe peço que não se preocupe. Repare bem que eu já disse antes disso que tenho uma listagem com nomes de três Deputados. E eu estou precisamente a fazer isso. Estou a dar a palavra conforme a lista.

Sr. Deputado repare bem que mesmo que ele esteja a argumentar eu estou a cumprir com o Regimento. Estou a dar a palavra aos Deputados ainda inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Vou tentar ser breve. Para dizer que estou a constatar que cada intervenção minha tem sempre baterias de muitos deputados, para mim é bom saber que cada vez que intervenho toda a bateria da oposição vira sobre as minhas intervenções.

E dizer que só fiz aquela intervenção, tanto mais que não sei se estão a recordar, pedi ao Sr. Deputado Delfim porque não havia percebido o alcance da proposta. Como disse e bem decidiu-se ir ministério por ministério invés de se fazer a proposta global como queria.

Porquê não deixar cada ministro que vier aqui defender ministerialmente o seu orçamento explicar as justificações, o porquê dessas verbas? Daí é que falei da tal responsabilidade, propostas responsáveis. Hoje começamos em termos ministeriais, primeiro o Ministério dos Negócios Estrangeiros, nem passamos para outro ministério, mas a proposta já veio para todos os outros ministérios, sem ouvirmos os fundamentos.

Posso aceitar que de facto depois de ouvir os fundamentos reduz-se, mas temos que ouvi-los, daí que falei da maturidade da proposta, mas sem querer, obviamente, ofender ou pôr em causa a proposta, mas sem ouvir os argumentos dos ministros o Sr. Deputados já está a fazer uma proposta de corte a todos os ministérios. Por isso, que disse nem o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Foi aqui dito pelo Sr. Secretário-Geral que a verba nem chega, mas pelo menos que deixassem essa verba, não trabalho lá, não sei. Deixemos que cada ministro venha aqui e defenda o seu orçamento, daí podemos fazer as propostas, se é para reduzir, reduz-se.

Se chegou-se a conclusão que em todos, dos 16 mil milhões reduziu-se para 10 mil milhões ou para 8 mil milhões consoante os argumentos dos ministros, tudo bem.

Mas, a proposta é antecipadamente, sem ouvir os ministérios reduz-se totalmente, não pode ser assim, não deve ser assim. Por isso, fiz a intervenção que fiz e é por isso que reforço a ideia que a proposta da forma como foi feita parece que é intenção nítida de bloquear.

Sr. Deputado Sebastião Santos, marinheiro mais antigo, qualquer expressão que usou.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Eu disse que nós do PCD não somos marinheiros novos.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Exactamente, são marinheiros antigos. Sem entrar neste tipo de expressão, há muitos pescadores hoje que talvez por cansaço andam a pescar com dinamites, estão esgotados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Deputado Levy, eu sou de Riba Mato.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpas, vamos cingir-nos ao orçamento.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Não, não! Direito a resposta vou dar! Ele não cingiu e daí agora a resposta.

O Sr. **Presidente**: — Não podemos ir por esse campo de intervenções. Estamos sobejamente atrasados. Está cá o Sr. Ministro da Defesa...

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Está bem, isso não é meu problema, tê-lo-ia dito quando ele fez a intervenção que fez.

«Quem diz o que quer, ouve o que não quer.»

Eu respondo o cumprimento das pessoas consoante a maneira como elas me cumprimentam. Se os pescadores hoje andam a dinamitar, nem são pescadores, dinamita aquilo que não é peixe.

O que estou a dizer e volto a repetir é que trouxemos propostas concretas, argumentamos as nossas propostas, não somos marinheiros novos, volto a repetir, quer dizer que já conhecemos calema do mar e as nossas propostas são muito bem claras.

A missão que temos aqui, fomos também mandatados pelo Povo, por isso, cabe-nos também defender a parte do Povo que votou em nós. E esta parte não está de acordo com os regabofes que disse o Sr. Deputado, relativamente às viagens.

Por enquanto só falamos de um capítulo, viagens. O que estamos a dizer é diminuir as viagens, nem estamos a diminuir, estamos a pôr o que se está a aplicar neste momento, orçamento vigente. E se esse orçamento não fosse vigente então quer dizer que o Governo não fez nada até então, porque é o orçamento que o próprio Governo apresentou e está a ser aplicado.

Não estamos a sufocar ninguém, estamos a dizer; vamos realocar as verbas. O Sr. Deputado Delfim Neves antes de fazer a proposta, o membro do Governo correspondente já tinha feito as alegações relativamente ao orçamento, o Sr. Deputado não estava na sala. Procura primeiramente inteirar-se para depois falar e não usar apenas a falácia, aqui não estamos para falácias

Nós do Grupo Parlamentar do PCD somos marinheiros antigos, não vamos dinamitar, nem vamos permitir que dinamitem. O que estamos a fazer é evitar que dinamitem o Povo são-tomense.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** (Arlindo Ramos): — Só queria sugerir uma questão.

Estamos na discussão do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, acho que a discussão devia cingir sobre aquilo que é proposta de alteração do referido Ministério e os argumentos apresentados pelo Sr. Secretário-Geral do mesmo Ministério para sabermos concretamente o quê que devemos alterar no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Essa é questão essencial porque acho que estamos a perder muito tempo com questões que não dizem respeito ao orçamento. Vamos avançar e gostaria de saber em relação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que estamos a analisar qual é a proposta de redução de verbas, não obstante os Srs. Deputados terem ouvido a explicação dada pelo Sr. Secretário-Geral do Ministério. Que nos avancem as propostas para podermos avançar.

Estamos muito tempo fora daquilo que é o calendário pré estabelecido pela Assembleia da discussão do orçamento na especialidade.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro, concordo plenamente com essa reflexão que acaba de fazer e temos realmente necessidade realmente de avançar porque temos o Sr. Ministro da Defesa e a sua equipa técnica a espera.

Dito isso gostaria de saber da parte do Sr. Deputado Delfim Neves qual a proposta exacta que querera fazer para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, deve-se dizer que não estamos aqui de má fé, trazíamos...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, podemos avançar...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Trazíamos a proposta de alteração da duplicação que vimos da embaixada em Washington e representação em Nova Iorque. Mas, após a explicação do Sr. Secretário-Geral vimos que há necessidade de se manter as duas dotações, daí que quero dizer da coerência das propostas. Se fosse para boicotar ou estrangular podíamos dizer, não, não concordamos com 6,350 mil milhões de dólares para um escritório porque aqui não está discriminado o que se vai fazer e alocar esta verba para outro sector, não.

Foi explicado e achamos que há necessidade e daí que não se fez nenhuma proposta de alteração, a não ser alteração de manter exactamente como está alterando a discricção porque assim ficaríamos como se fosse que estamos com duas embaixadas. Uma é despesa de encerramento e a outra é de abertura de uma nova embaixada.

O que dissemos porque a crise é transversal temos que pedir sacrifício a todos e só estamos numa rubrica, despesas com viagens, apenas isso. E sobre isso todos os ministérios vão ser afectos.

Cada ministro em função do tecto que tiver, alterar em função das necessidades. Se o Ministério dos Negócios Estrangeiros precisa de mais tira em algum ministério que não faz sentido estar a viajar, já dei aqui exemplo. Em 22 meses fiz uma viagem para Angola para a comissão mista. O Ministério parou? Não se fez nada? Não se publicitou?

É isso que estou a dizer. Se o Ministério dos Negócios Estrangeiros precisa de mais dinheiro...

Eu gosto de ouvir Sr. Ministro, quando estiver a falar para mim, fale para que eu oiça e dê resposta.

Uma Voz: — Sr. Deputado, penso que...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não estou a falar para si, estou a falar para o Sr. Ministro. A nossa proposta é exactamente a mesma.

Uma Voz: — Ficou com medo.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não fiquei com medo, desculpe. Não tenho medo de ninguém que está aqui na sala, que fique bem claro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos avançar, evitemos esse tipo de comportamento.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não tenho medo de ninguém, muito menos de ministros.

Se conhece bem o Regimento e a Constituição vê bem qual é o estatuto de deputado em relação a ministro, portanto, não tenho que temer em relação aos ministros, pelo contrário. Quem deve sentir receio de deputado é o ministro porque eu é que fiscalizo. O senhor não tenha qualquer receio disso.

Portanto, o que estamos aqui a dizer é exactamente o que foi dito e mantemos a nossa proposta na redução de despesas com viagens mantendo na mesma proporção do ano vigente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, parece que não ficou claro. Qual é a proposta definitiva? Não entendi.

Murmúrios.

É normal que peço esclarecimento quando não percebo.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — A verba constante no orçamento de 2011, manter a mesma para todos os ministérios.

O Sr. **Presidente**: — Para todos os Ministérios? Incluindo o Ministério dos Negócios Estrangeiros?

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Tudo.

O Sr. **Presidente**: — Então nesse caso a ideia é irmos a votação?

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — É só para Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Presidente**: — Mais uma proposta de alteração.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sim, é isso mesmo. É para votação, quem concorda e quem não concorda.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Penso que ajudaria muito mais se tivesse,...

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Oh Sr. Deputado, essa coisa já está morta!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — O senhor cale-se ou saia da sala!

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Não perde tempo!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — O senhor só está aqui para fazer ruído. Não é nenhum robot, pois não. O senhor está aqui a roer.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, por amor a Deus. Peço a todos para agir de uma forma cívica porque estamos a discutir dois documentos importantes para a vida da Nação e esses tipos de argumentos que não têm nada a ver com OGE, francamente é lamentável. Peço aos Srs. Deputados para se conterem e vamos cingir ao orçamento.

Já falamos sobejamente sobre o orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, acho que já deve ter chegado ao momento para passarmos à votação e abrirmos outro capítulo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — A ideia de base é reduzir tudo a 50%. Ministério dos Negócios Estrangeiros tem um papel muito importante nesse xadrez todo, daí que a proposta de 8 biliões que se tinha sugerido inicialmente, redução a 50%, o Governo pegaria nisto ao invés do Ministério dos Negócios Estrangeiros ter só o tecto do ano passado recebia um pouco mais em detrimento de outro ministério ou de uma secretaria de Estado que tem pouco peso nesta venda de imagem do País para o exterior. É essa nuance que quero introduzir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, quero chamar atenção para uma questão.

Essa proposta global que foi dita inicialmente, dissemos que é anti-regimental, não pode. A especialidade é o debate sectorial do orçamento, cada sector tem que responder pelo orçamento que ele apresentou.

Isto foi dito desde o princípio. Portanto a proposta global de redução não vinculou e queremos que sector por sector, ministério por ministério e os deputados apresentem as propostas de alteração para o orçamento desses ministérios, não é numa perspectiva global que é o Governo que tem que fazer nova reafectação da verba, não.

De acordo com a proposta de redução das verbas que é posta pelos deputados, o Governo vai introduzir as diminuições que lhe dizem respeito. Não estamos a impedir que os deputados façam as propostas, o que estamos a dizer é que as propostas devem ser feitas e avaliadas pelos respectivos ministros e o ministros apresentam argumentos.

Os deputados podem concordar ou não, mas o ministro apresenta o argumento. Não estamos a dizer que não queremos proposta de melhoria do orçamento, não estamos a dizer isso. O que estamos a dizer é que essas propostas têm que ser feitas sectorialmente, para cada sector tem que ser uma proposta, isto é especialidade.

Não há outra forma de discutir o documento na especialidade.

O Sr. **Presidente**: — Pessoalmente frisei isso no início da sessão e pedi a toda a gente para que cingíssemos a discussão na especialidade e até agora tenho feito questão em manter isso.

Não vou alongar mais, vou passar a votação da proposta inicialmente feita pelo Sr. Deputado Delfim Neves que é de reter a verba do ano passado em conformidade com aquilo que ele avançou como proposta de alteração.

Dito isto, vamos passar a votação Srs. Deputados.

Submetido à votação, foi aprovada com 5 votos a favor.

Srs. Deputados, tendo concluído os nossos trabalhos respeitante ao Ministério dos Negócios Estrangeiros declaro encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 50 minutos.